

Concessionária do Aeroporto de Salvador S.A.

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2021 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da
Concessionária do Aeroporto de Salvador S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária do Aeroporto de Salvador S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária do Aeroporto de Salvador S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (“DVA”), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação está sendo realizada de forma voluntária, foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

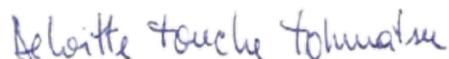
Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Salvador, 19 de maio de 2022



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" BA



Paulo Ferreira Silveira
Contador
CRC nº 1 BA 028799/O-3

Concessionária do Aeroporto de Salvador S.A.

Balço patrimonial levantado em 31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

ATIVOS	Nota explicativa	31/12/2021	31/12/2020	PASSIVOS E PATRIMONIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31/12/2021	31/12/2020
ATIVOS CIRCULANTES				PASSIVOS CIRCULANTES			
Caixa e equivalentes de caixa	5	69.173	146.148	Fornecedores e contas a pagar	11	15.916	24.381
Contas a receber	6	30.898	14.533	Impostos a recolher		19.815	15.067
Estoque		2.753	796	Financiamento	12	35.101	13.386
Impostos a recuperar	7	2.518	3.020	Obrigações trabalhistas	13	11.211	8.390
Partes relacionadas	14	8.633	-	Repasse para terceiros		636	261
Adiantamentos diversos		5.959	398	Partes relacionadas	14	16.284	7.254
Despesas antecipadas	8	4.530	4.451	Outorga variável	16	-	320
Total dos ativos circulantes		124.464	169.346	Adiantamento de clientes		11.461	230
				Provisão para manutenção técnica	15	3.792	-
				Outras contas a pagar		12.415	3.207
				Total dos passivos circulantes		126.631	72.496
ATIVOS NÃO CIRCULANTES				PASSIVOS NÃO CIRCULANTES			
Impostos diferidos	23	5.893	5.040	Financiamento	12	459.859	492.185
Depósito judicial		11.207	3.841	Provisão para manutenção técnica	15	10.809	14.964
Fundo restrito	12(iv)	22.251	22.594	Outorga da concessão a pagar	16	227.303	288.823
Imobilizado	9	536	1.757	Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	17	2.536	3.160
Intangível	10	1.817.650	1.820.968	Total dos passivos não circulantes		700.507	799.132
Total dos ativos não circulantes		1.857.537	1.854.200				
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Capital social	18.1	1.146.605	1.146.605
				Reserva de capital	18.2	(14.655)	(14.655)
				Reserva de lucros	18.3	13.565	11.094
				Dividendos adicionais propostos	18.4	9.348	8.874
				Total do patrimônio líquido		1.154.863	1.151.918
TOTAL DOS ATIVOS		1.982.001	2.023.546	TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.982.001	2.023.546

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária do Aeroporto de Salvador S.A.

Demonstração do resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	2021	2020
RECEITA DOS SERVIÇOS PRESTADOS			
Receita líquida operacional	19	149.770	112.982
Receita de construção	19	<u>14.863</u>	<u>58.830</u>
		164.633	171.812
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS			
Custo operacional	20(b)	(120.258)	(96.480)
Custo de construção	20(a)	<u>(14.863)</u>	<u>(58.830)</u>
LUCRO BRUTO		29.512	16.502
DESPESAS OPERACIONAIS			
Despesas gerais e administrativas	21	(20.266)	(17.978)
Despesas com vendas	21	(2.520)	(6.725)
Outras receitas (despesas) operacionais	21.1	<u>91.400</u>	<u>95.327</u>
		68.614	70.624
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		98.126	87.126
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	22	10.168	7.215
Despesas financeiras	22	<u>(97.515)</u>	<u>(83.701)</u>
		(87.347)	(76.486)
LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		10.779	10.640
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Correntes	23	(10.979)	(6.595)
Diferidos	23	853	(3.526)
Incentivo fiscal Sudene	23	<u>2.322</u>	<u>2.664</u>
		(7.804)	(7.457)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>2.975</u>	<u>3.183</u>
Lucro líquido por ação básico e diluído (em Reais - R\$)	26	<u>0,003</u>	<u>0,003</u>

Concessionária do Aeroporto de Salvador S.A.

Demonstração do resultado abrangente para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Lucro líquido do exercício	<u>2.975</u>	<u>3.183</u>
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total do exercício	<u><u>2.975</u></u>	<u><u>3.183</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária do Aeroporto de Salvador S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Nota explicativa	Capital social	Reserva de capital		Reserva de lucro		Dividendos adicionais propostos	Lucro acumulado	Patrimônio líquido
		Custo na emissão de ações	Transações de capital	Reserva legal	Reserva de incentivo fiscal			
SALDOS EM 01 DE JANEIRO DE 2020	1.124.948	(3.804)	-	839	7.432	8.514	-	1.137.929
Integralização de capital social	21.657	-	(10.851)	-	-	-	-	10.806
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	3.183	3.183
Destinação do lucro do exercício:								
Constituição de reserva legal	-	-	-	159	-	-	(159)	-
Constituição de reserva de incentivos fiscais	-	-	-	-	2.664	-	(2.664)	-
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	360	(360)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	1.146.605	(3.804)	(10.851)	998	10.096	8.874	-	1.151.918
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	2.975	2.975
Destinação do lucro do exercício:								
Constituição de reserva legal	-	-	-	149	-	-	(149)	-
Constituição de reserva de incentivos fiscais	-	-	-	-	2.322	-	(2.322)	-
Dividendos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	(30)	(30)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	474	(474)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	1.146.605	(3.804)	(10.851)	1.147	12.418	9.348	-	1.154.863

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária do Aeroporto de Salvador S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	2021	2020
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do exercício		2.975	3.183
Ajustes para conciliar o lucro líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais			
Impostos de renda e contribuição social diferidos	23	(853)	3.526
Depreciação e amortização	20	19.967	14.462
Encargos sobre outorga da concessão a pagar	22	32.872	39.557
Provisão para manutenção técnica	20	3.842	4.521
Juros e variações monetárias, líquidas		57.283	26.147
Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa	6 e 21	2.370	(2.758)
Provisão para outorga variável	16	8.653	6.469
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis		(2.934)	1.860
Amortização do custo de captação	12(iii)	462	411
Reequilíbrio econômico-financeiro	16	(94.392)	(109.312)
Variação dos ativos e passivos			
Contas a receber		(18.735)	15.559
Estoque		(1.957)	227
Impostos a recuperar		502	(4.095)
Despesas antecipadas		(79)	(1.177)
Adiantamentos diversos		(5.561)	9
Deposito judicial		(7.366)	(45)
Fornecedores e contas a pagar		8.465	(11.417)
Obrigações trabalhistas		(2.821)	395
Impostos a recolher		(4.748)	10.174
Repasse para terceiros		(375)	(2.316)
Partes relacionadas		(17.663)	-
Outorga variável		320	-
Outorga da concessão a pagar		61.520	-
Outras contas a pagar		(9.208)	1.666
Adiantamento de clientes		(11.231)	(2.495)
		21.308	(5.449)
Juros pagos - financiamento	12(iii)	(55.989)	(9.805)
Impostos pagos		(13.874)	(1.580)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		(48.555)	(16.834)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição do imobilizado	9	(861)	(1.039)
Adições ao intangível	10(ii)	(15.535)	(48.403)
Fundo restrito		343	(2.724)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(16.053)	(52.166)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Captação de financiamento	12(iii)	-	59.617
Pagamento de financiamento	12(iii)	(12.367)	(19.705)
Custos de captação de financiamento	12(iii)	-	(429)
Partes relacionadas		-	(30.457)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(12.367)	9.026
REDUÇÃO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(76.975)	(59.974)
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
No início do exercício	5	146.148	206.122
No fim do exercício	5	69.173	146.148
REDUÇÃO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(76.975)	(59.974)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária do Aeroporto de Salvador S.A.

Demonstração do valor adicionado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	2021	2020
Receita bruta de serviços prestados	19	173.833	140.368
Receita de construção	19	14.863	47.724
Outras receitas operacionais	21.1	88.466	97.105
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS			
Custos de construção		(14.863)	(47.724)
Materias, energia, serviços de terceiros e outros		(73.809)	(84.722)
VALOR ADICIONADO BRUTO		188.490	152.751
Depreciação e amortização	20	(19.967)	(14.462)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA		168.523	138.289
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA			
Receitas financeiras	22	10.168	7.215
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		178.691	145.504
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO			
Pessoal:			
Remuneração direta		24.896	22.895
Benefícios		6.306	5.832
FGTS		1.509	995
Impostos, taxas e contribuições:			
Federais		30.450	24.074
Estaduais		263	84
Municipais		14.112	4.303
Remuneração de capitais de terceiros:			
Encargos sobre outorga	22	32.872	39.557
Juros	22	57.283	26.121
Alugueis		439	436
Outros		7.586	18.024
Remuneração de capitais próprios:			
Lucro retido		2.471	2.823
Dividendos		504	360
VALOR ADICIONADO TOTAL DISTRIBUÍDO		178.691	145.504

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária do Aeroporto de Salvador S.A.

Demonstração do valor adicionado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Concessionária do Aeroporto de Salvador S.A. (“CASSA” ou “Companhia”) foi constituída em 12 de junho de 2017 e tem por objeto social exclusivo a exploração, sob o regime de concessão do Aeroporto de Salvador - Deputado Luís Eduardo Magalhães (“Aeroporto de Salvador”), a prestação dos serviços de execução, gestão e fiscalização dos serviços necessários à ampliação, manutenção e exploração do Aeroporto de Salvador.

Contrato de concessão

Em 28 de julho de 2017, a Companhia e a Agência Nacional de Aviação Civil (“ANAC” ou “Poder Concedente”) assinaram o contrato de concessão do Aeroporto de Salvador, decorrente do Edital de concessão nº 01/2016, com o período correspondente a 30 anos extensível por mais 5 anos.

Integram a concessão os bens necessários para a prestação do serviço de exploração aeroportuária disponibilizados pelo poder público e incorporados pela Companhia. Os investimentos em obras e intervenções nos bens do poder público, previstos no contrato de concessão, não são passíveis de reembolso. Extinta a concessão, retornam ao poder concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados a infraestrutura do complexo aeroportuário.

Pelo direito de exploração do complexo aeroportuário do Aeroporto de Salvador, a Companhia pagou uma contribuição inicial fixa de R\$663.966 (seiscentos e sessenta e três milhões, novecentos e sessenta e seis mil reais), decorrente da oferta realizada no respectivo leilão, e se obriga a pagar à União uma contribuição futura fixa, corrigida pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo - IPCA, referente ao valor nominal de R\$ 956.857 (novecentos e cinquenta e seis milhões, oitocentos e cinquenta e sete mil reais).

Por meio da decisão 217 de 25 de novembro de 2020 a ANAC aprovou a revisão extraordinária do Contrato de Concessão por meio de um reequilíbrio econômico-financeiro no valor de R\$ 114.995. No entanto, após essa decisão da agência, a companhia atualizou suas projeções com números realizados até 31 de dezembro e obteve um reequilíbrio de R\$ 109.312, que foi efetivamente reconhecido em suas demonstrações. Como efeito foram atualizadas as contribuições fixas considerando como partida as parcelas da data de reconhecimento da dívida (agosto de 2017) a serem pagas anualmente pelo período de 30 anos, sendo cinco de carência inicial, assim compostos:

Descrição	Período	Contribuição antes do reequilíbrio	Contribuição após do reequilíbrio *
1º ao 5º ano	30/08/2017 a 29/08/2022	-	-
6º ano	30/08/2022 a 29/08/2023	8.320	-
7º ano	30/08/2023 a 29/08/2024	16.641	-
8º ano	30/08/2024 a 29/08/2025	24.961	-
9º ano	30/08/2025 a 29/08/2026	33.282	-
10º ao 30º ano	30/08/2026 a 30/08/2046	873.653	836.771

(*) Data base: 31 de dezembro de 2020.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO DE SALVADOR S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Por meio da decisão 492 de 16 de dezembro de 2021 a ANAC aprovou a revisão extraordinária do Contrato de Concessão por meio de um reequilíbrio econômico-financeiro no valor de R\$ 97.772. No entanto, após essa decisão da agência, a companhia atualizou suas projeções com números realizados até 31 de dezembro e obteve um reequilíbrio de R\$ 96.187 (nota 16), que foi efetivamente reconhecido em suas demonstrações. Como efeito foram atualizadas as contribuições fixas considerando como partida as parcelas da data de reconhecimento da dívida (agosto de 2017) a serem pagas anualmente pelo período de 30 anos, sendo cinco de carência inicial, assim compostos:

Descrição	Período	Contribuição antes dos reequilíbrios	Contribuição após reequilíbrios *
1º ao 5º ano	30/08/2017 a 29/08/2022	-	-
6º ano	30/08/2022 a 29/08/2023	8.320	-
7º ano	30/08/2023 a 29/08/2024	16.641	-
8º ano	30/08/2024 a 29/08/2025	24.961	-
9º ano	30/08/2025 a 29/08/2026	33.282	-
10º ao 30º ano	30/08/2026 a 30/08/2046	873.653	710.142

(*) Data base: 31 de dezembro de 2021.

Adicionalmente, a Companhia pagará ao poder concedente contribuição variável no percentual de 5% sobre a receita bruta (não incidente sobre a receita de construção reconhecida como efeito da *Interpretação Técnica – Contratos de Concessão - ICPC 01(R1)*).

Também como efeito da revisão contratual a contribuição variável de 2019, 2020 e 2021 foi compensada não sendo necessária portanto, a liquidação financeira. Vide nota explicativa 16.

Como parte das atividades de concessão, a Companhia será remunerada pelas receitas tarifárias de embarque, conexão, pouso, permanência, armazenagem e capatazia e receitas não tarifárias à exploração de atividades econômicas que envolvam a utilização de espaços no complexo aeroportuário.

A Companhia não presta serviços auxiliares ao transporte aéreo que não sejam remunerados por meio de receita tarifária.

• Covid 19

Em dezembro de 2019 foi descoberto um vírus na China, popularmente conhecido como Coronavírus (“COVID19”), com alto poder de contágio e letalidade, que rapidamente se espalhou pelo mundo, dando início a uma epidemia mundial, declarada como pandemia pela OMS - Organização Mundial de Saúde em 11 de março de 2020.

Várias medidas de combate à proliferação desse vírus foram adotadas pelas entidades governamentais ao redor do mundo, tendo como principal procedimento o isolamento social, que gerou uma desaceleração da atividade econômica mundial em larga escala, devido a drástica queda no consumo de serviços e mercadorias.

Diante dessa situação, o setor aeroportuário mundial passou por uma crise estrutural e financeira devido à queda no volume de passageiros e aeronaves. A administração da Concessionária do Aeroporto de Salvador está atenta aos impactos dessa crise e tomou todas as medidas possíveis para a manutenção de seu fluxo de caixa operacional, conforme plano abaixo demonstrado:

- Operação mantida para atendimento ao plano de malha mínima aeroportuária da ANAC para interligar o país, com redução das áreas ocupadas no terminal
- Renegociações contratuais com fornecedores e clientes com reduções de custos e flexibilização de prazos
- Austeridade no controle do contas a receber de forma a evitar inadimplência
- Adoção de medidas governamentais para flexibilizar o pagamento e desoneração da folha de pagamento e impostos
- Adoção de orientações do poder concedente com postergação de prazos e obrigações acessórias do contrato de concessão

- Manutenção de liquidez diária, com posição de caixa que garante sustentabilidade lidar com as dificuldades geradas pela crise

Adicionalmente, face ao cenário apresentado, a Companhia mantém monitoramento constante sobre a evolução do tema, de forma a adotar medidas que mitiguem os impactos nas operações.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e com as normas internacionais de relatório financeiro (“*International Financial Reporting Standards - IFRS*”), emitidas pelo “*International Accounting Standards Board - IASB*”.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão evidenciadas e correspondem às práticas utilizadas na sua gestão.

Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor dos ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa nº 4.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração destas demonstrações financeiras estão descritas a seguir.

3.1. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais dos instrumentos.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

3.1.1. Ativos financeiros

Classificação e mensuração - Os ativos financeiros mantidos pela Companhia, quando aplicável são classificados sob as seguintes categorias: (a) ativos financeiros mensurados a valor justo por meio de resultado; (b) ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado; e (c) ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A classificação depende da natureza e finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados.

3.1.2. Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como “Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado” - os quais não são aplicáveis à Companhia, “Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado” ou “Outros passivos financeiros”.

Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros (incluindo Outorga da Concessão a pagar, fornecedores e outras contas a pagar) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, acrescidos de multa por inadimplências.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

3.2. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que a renda estiver relacionada com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente; nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los na apuração tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaborados e fundamentados em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

O imposto de renda e contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data de divulgação das demonstrações financeiras.

Benefício fiscal

A provisão para imposto de renda e contribuição social é individualmente calculada pela Companhia com base nas alíquotas vigentes ao final do exercício, considerando-se os benefícios fiscais concedidos pela SUDENE. A parcela de redução do imposto de renda correspondente a incentivos fiscais é reconhecida no resultado, mas transferida da conta lucros acumulados para reserva de lucros no encerramento do exercício por não poder ser distribuída aos acionistas.

3.3. Outros ativos

Os demais ativos são apresentados pelo valor de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas até a data do balanço. Quando necessária, é constituída provisão para redução aos seus valores de recuperação.

3.4. Ativos intangíveis

(i) Infraestrutura

Nos termos do contrato de concessão e dentro do alcance da Interpretação Técnica - ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, a Companhia atua como prestadora de serviços, construindo ou melhorando a infraestrutura usada para prestar um serviço público, bem como operando e mantendo essa infraestrutura durante determinado prazo. O contrato de concessão estabelecido entre a ANAC - Agência Nacional de Aviação Civil e a Companhia não determina nenhuma remuneração em ativos financeiros. Dessa forma, a remuneração se dará pela exploração da infraestrutura. O contrato estabelece também o pagamento pela Companhia ao poder concedente em ativos financeiros além da obrigação de ampliação da infraestrutura existente. As construções efetuadas durante o prazo de concessão serão entregues ao poder concedente em contrapartida de ativos intangíveis representando o direito de cobrar dos usuários pelo serviço prestado, e a receita será subsequentemente gerada pelos serviços prestados aos usuários.

(ii) Software

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os ativos e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável às taxas anuais mencionadas na Nota 10.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

(iii) Direito de outorga

O contrato de concessão obtido pela Companhia junto ao poder concedente se enquadra como um contrato de execução. Dessa forma, o gasto com o direito de outorga da concessão foi registrado a valor presente, sendo a amortização calculada pela curva de demanda ao longo do prazo da concessão.

3.5. Financiamento

Os financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço (Nota 12).

Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

3.6. Outorga da concessão a pagar

Representa as obrigações a pagar ao Poder Concedente pelo direito de exploração do Aeroporto de Salvador que são registradas inicialmente a valor presente, amortizados pelas liquidações financeiras e estão registradas no passivo não circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento inferior a 12 meses após a data do balanço.

As despesas financeiras provenientes da atualização monetária são registradas no resultado do exercício, de acordo com a competência.

O cálculo do valor presente foi efetuado considerando-se a taxa de juros real de 8,5% a.a., taxa equivalente de mercado estimada por juros compatíveis com a natureza, o prazo e os riscos relacionados ao ônus da outorga, não tendo vinculação com a expectativa de retorno da concessão.

3.7. Provisão para manutenção técnica

A Concessionária possui a prática de efetuar grandes paradas de manutenção técnica, em intervalos regulares durante a vida útil econômica do bem. Essas manutenções são efetuadas para restaurar ou manter os padrões originais de desempenho técnicos previstos. Para tal, é necessária a realização de programas de manutenção pesada, cujos custos estimados pela Companhia são provisionados em bases mensais, para refletir o total das despesas e dos gastos a incorrer no período planejado da manutenção. Vide Nota explicativa nº 15.

3.8. Reconhecimento de receita

(i) Receitas de serviços prestados

A receita de serviços é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas, sendo registrada no momento da prestação dos serviços.

Receita de serviços tarifários são reconhecidas quando há a efetiva utilização dos serviços, dos equipamentos, das instalações e das facilidades disponíveis no aeroporto. Contemplam as tarifas de embarque, conexão, pouso, permanência, armazenagem e capatazia.

Receitas de serviços não tarifários contemplam a exploração de atividades econômicas no aeroporto de cessão de espaços, estacionamento e outros serviços auxiliares às áreas comerciais do sítio aeroportuário. Estas receitas não são regidas por nenhuma regra estabelecida pelo poder concedente, são negociadas livremente entre as partes contratadas e registradas mediante a evidência dos serviços prestados.

(ii) Receita de construção

A receita proveniente dos contratos de prestação de serviços de construção é reconhecida de acordo com o IFRS 15 - Contratos de Construção. Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços de construção, quando incorridos.

A administração entende, baseado em cálculos suporte, que a margem de supervisão das obras é imaterial para fins de mensuração. Logo, receita de construção é reconhecida sobre os custos incorridos atribuíveis ao contrato de concessão, com margem próxima a 0%.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 a receita e custo de construção representam o montante de R\$ 14.863 (R\$ 58.830 em 2020).

3.9. Lucro (Prejuízo) por ação básico

A Companhia efetua os cálculos do lucro (prejuízo) por ação básico utilizando o número médio ponderado de ações totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

3.10. Demonstração do Valor Adicionado - DVA

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pelo órgão regulador, como parte de suas demonstrações financeiras e como informação suplementar para fins de IFRSs, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRSs.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (participação nos lucros de coligadas, controladas e empreendimentos controlados em conjunto, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

3.11. Mudanças das práticas contábeis e divulgações

Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

A Companhia avaliou os impactos nas divulgações das demonstrações financeiras referentes às IFRSs novas e revisadas, conforme segue:

<u>Norma</u>	<u>Descrição</u>	<u>Impacto</u>
IFRS 9 / CPC 48, IAS 39 / CPC 08; IFRS 7 / CPC 40; IFRS 4 / CPC 11; e IFRS 16 / CPC 06 (R2).	Adição de novos requisitos de divulgação sobre os efeitos trazidos pela reforma da taxa de juros referenciais (IBOR), vigentes a partir de 01 de janeiro de 2021.	A Companhia avaliou os impactos em suas Demonstrações Financeiras e concluiu que não há efeito.
IAS 16 / CPC 27 – Imobilizado, IAS 37 / CPC 25 – Contratos Onerosos, IFRS 17 / CPC 50 – Contratos de seguros, Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2018–2020	Alterações aos respectivos pronunciamentos, vigentes a partir de 01 de janeiro de 2022 e de 2023.	A Companhia avaliará os efeitos das normas em possíveis eventos futuros:

3.12. Impairment de ativos não financeiros

As revisões de impairment de ativos não financeiros são realizadas anualmente ou se se houver indícios de que o ativo possa ter sofrido desvalorização.

Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, que representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não foram identificadas pela administração da Companhia evidências objetivas que justifiquem o registro de perdas de impairment.

4. PRINCIPAIS JULGAMENTOS CONTÁBEIS E FONTES DE INCERTEZAS NAS ESTIMATIVAS APRESENTADAS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

As demonstrações financeiras da Companhia são revistas de maneira contínua, e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 incluem, portanto, estimativas que possuem risco de resultar em ajuste material dentro do próximo exercício, principalmente quanto à determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos, determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas pelo método curva de demanda de passageiros, equivalente ao longo do prazo da concessão, e a projeção para reconhecimento e realização de imposto de renda e contribuição social diferidos e outras similares que, não obstante refletirem a melhor precisão possível, podem apresentar variações em relação aos resultados reais.

Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

(a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia reconhece imposto de renda e contribuição social diferidos ativos com base nas projeções dos lucros tributáveis futuros. Na determinação desses montantes foram utilizadas as alíquotas previstas para recuperação ou liquidação desses valores.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, prejuízo fiscal e base negativa, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas (Nota 23).

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada período e quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo será ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

(b) Provisão para manutenção técnica

As provisões para manutenções técnicas representam os gastos estimados para manter as superfícies pavimentadas do aeroporto nos níveis mínimos de qualidade, conforme critérios estabelecidos no contrato de concessão. Os valores são reconhecidos proporcionalmente à medida da passagem do tempo e foram levantados com base em estudos técnicos realizados internamente, de modo a refletir a melhor estimativa dos gastos que serão incorridos.

(c) Cálculo da perda estimada em créditos de liquidação duvidosa (“PECLD”)

Ao mensurar a PECLD a companhia usa informações sobre o futuro razoáveis e suportáveis, que se baseiam nas premissas para a movimentação futura de fatores econômicos diferentes e como esses fatores irão afetar uns aos outros.

A inadimplência é uma estimativa da perda resultante da falta de pagamento dos clientes das faturas registradas no contas a receber. Ela se baseia na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos e aqueles que o credor espera receber, levando em consideração os fluxos de caixa de garantias e as melhorias de crédito totais.

A probabilidade de inadimplência é um dado importante para a mensuração da PECLD e representa uma estimativa da perda durante um período específico, cujo cálculo inclui dados históricos, premissas e expectativas de condições futuras, baseados ou negociações atuais.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO DE SALVADOR S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

(d) Determinação da amortização dos ativos intangíveis

A Companhia registra ativo intangível decorrente de contrato de concessão de acordo com a ICPC 01, o qual foi amortizado até 31 de dezembro de 2018 linearmente. No entanto, a partir de 1º de janeiro de 2019, a Companhia passou a reconhecer a amortização no resultado de acordo com a curva de demanda de passageiros, respeitando os limites impostos pela vida útil inferior ao prazo de concessão, amortizados pelo método linear de acordo com a respectiva taxa de amortização, e de forma prospectiva, com base no prazo remanescente da concessão. O reconhecimento do valor justo do ativo intangível decorrente dos contratos de concessão está sujeito a premissas e estimativas, e o uso de diferentes estimativas pode afetar os registros contábeis. A estimativa de vida útil do ativo intangível também requer um significativo nível de premissas e estimativas (definição da curva de tráfego). O uso de diferentes premissas e estimativas, e mudanças futuras podem afetar a vida útil dos ativos intangíveis e podem ter um impacto relevante no resultado das operações.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Fundo fixo	28	47
Bancos conta movimento	7.264	2.059
Aplicação financeira	<u>61.881</u>	<u>144.042</u>
	<u>69.173</u>	<u>146.148</u>

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as aplicações financeiras são de liquidez imediata e conversíveis em um montante conhecido de caixa, estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros referem-se a Certificados de Depósitos Bancários – CDB remunerados a taxas que variam entre 95% até 102,07% dos Certificados de Depósitos Interbancários – CDI.

6. CONTAS A RECEBER

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Contas a receber - Concessão	42.534	23.799
(-) Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa	(11.636)	(9.266)
	<u>30.898</u>	<u>14.533</u>

(a) Movimentação da perda estimada em créditos de liquidação duvidosa:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Saldo no início do exercício	(9.266)	(12.024)
Adições	(2.370)	-
Baixas		2.758
Saldo no final do exercício	<u>(11.636)</u>	<u>(9.266)</u>

A Companhia sempre mensura a perda estimada em créditos de liquidação duvidosa de contas a receber de clientes em um valor equivalente à PCE (Perdas de créditos esperadas). As perdas de crédito esperadas sobre contas a receber de clientes são estimadas usando uma matriz de provisão com base na experiência de inadimplência passada do devedor e em uma análise da provisão financeira atual do devedor, ajustadas com base em fatores específicos aos devedores, condições econômicas gerais do setor no qual os devedores operam e uma avaliação do curso atual e projetado das condições na data de relatório. A Companhia constituiu perda estimada em créditos de liquidação duvidosa para a maior parte do contas a receber vencidas há mais de 90 dias e com base nas avaliações caso a caso de cada cliente.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO DE SALVADOR S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

(b) Composição por idade de vencimento (em dias)

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
A vencer	26.008	11.188
<30	3.970	1.404
31-60	1.237	682
61-90	1.632	551
91-120	360	3.188
>120	9.327	6.786
	<u>42.534</u>	<u>23.799</u>

7. IMPOSTOS A RECUPERAR

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
IRRF sobre aplicações financeiras	-	2.286
IRPJ e CSLL	1.310	114
Crédito de pis e cofins	265	-
Outros créditos tributários	943	620
	<u>2.518</u>	<u>3.020</u>
Circulante	<u>2.518</u>	<u>3.020</u>
	<u>2.518</u>	<u>3.020</u>

8. DESPESAS ANTECIPADAS

Em 31 de dezembro de 2021, o montante de R\$ 4.530 (R\$ 4.451 em 2020), da rubrica despesas antecipadas, representa os gastos com seguros, os quais serão apropriados pelo prazo de cobertura dos Contratos.

9. IMOBILIZADO

A composição e movimentação do imobilizado está representada a seguir:

(i) Composição do imobilizado:

			<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
	Taxas anuais de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Software	5%	-	-	1.188
Moveis e utensílios	10%	17	(3)	24
Máquinas e equipamentos	10%	635	(113)	522
		<u>652</u>	<u>116</u>	<u>536</u>
		-	-	<u>1.757</u>

(ii) Movimentação do imobilizado

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Saldo no início do exercício	1.757	779
(+) Adição	861	1.039
(-) Baixa	(836)	-
(-) Depreciação	(59)	(61)
(-) Transferência para intangível (nota 1oii)	(1.187)	-
Saldo no final do exercício	<u>536</u>	<u>1.757</u>

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO DE SALVADOR S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

10. INTANGÍVEL

A composição e movimentação do intangível está representada a seguir:

(i) Composição do intangível

	Taxas anuais de amortização (%)			31/12/2021	31/12/2020
		Custo	Amortização Acumulada	Líquido	Líquido
Intangível em infraestrutura					
Investimento para concessão	(*)	783.090	(18.358)	764.732	773.598
Software	20	8.025	(2.870)	5.155	3.496
Outorga da concessão	(*)	1.063.219	(74.097)	989.122	999.417
Intangível em formação		58.641	-	58.641	44.457
		<u>1.912.975</u>	<u>(95.325)</u>	<u>1.817.650</u>	<u>1.820.968</u>

(*) A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão foi reconhecida na rubrica de custos dos serviços prestados, considerando o prazo de concessão através do método da curva de tráfego ou método linear conforme a vida útil econômica do bem. Os itens referentes ao contrato de concessão são investimento para concessão (reforma e ampliação) e outorga. A média ponderada esperada para amortização dos ativos referentes ao contrato de concessão para o exercício de 2021 é de 1,022% a.a. A adoção da amortização pela curva de tráfego ocorrida em 2019 foi prospectiva, conforme pronunciamento técnico CPC 23.

(ii) Movimentação do intangível

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo no início do exercício	1.820.968	1.705.169
(+) Adição	15.535	59.208
(-) Baixa	(132)	
(+) Transferência do imobilizado (Nota 9.ii)	1.187	-
(-) Amortização (Nota 21.b)	(19.908)	(14.401)
(+) Crédito impostos sobre aquisições (*)	-	70.992
Saldo no final do exercício	<u>1.817.650</u>	<u>1.820.968</u>

(*) Créditos reclassificados para o intangível devido a alteração do critério de amortização do método acelerado para a tomada de crédito pela amortização.

(iii) Redução do valor recuperável dos ativos (*Impairment*)

Em atendimento ao CPC 01, a Companhia efetuou o teste de *impairment* no fim do ano de 2021, com base em projeções do fluxo de caixa para o período do contrato de concessão com uma taxa de desconto média de 11,2%, e foi verificado que o valor contábil da unidade geradora de caixa em 31 de dezembro de 2021 era menor que o seu valor recuperável. Desta forma, não houve a necessidade de reconhecimento de perda por *impairment* no exercício.

11. FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR

	31/12/2021	31/12/2020
Fornecedores diversos	13.474	18.382
Outras contas a pagar	2.442	5.999
	<u>15.916</u>	<u>24.381</u>

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO DE SALVADOR S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

12. FINANCIAMENTO

(i) Composição

	Moeda	31/12/2021	31/12/2020
Banco do Nordeste ("BNB")	R\$	503.302	514.376
Custos de captação	R\$	(8.342)	(8.805)
		<u>494.960</u>	<u>505.571</u>
(-) Circulante		<u>35.101</u>	<u>13.386</u>
Não circulante		<u>459.859</u>	<u>492.185</u>

Em 13 de junho de 2018, foi firmado um contrato de financiamento junto ao Banco do Nordeste do Brasil ("BNB") no valor de R\$516.718, com liberação em 4 parcelas. Todas as parcelas foram liberadas até o exercício findo em 31 de dezembro de 2020. O prazo de financiamento é de 240 meses, com carência de 36 meses, contados a partir da data da assinatura do contrato. O bônus de adimplência é de 15% da taxa de juros anual.

O contrato de financiamento com o BNB detém como garantia fidejussória fianças bancárias prestadas por instituições financeiras ("Fiadores") e fundo de reserva. Em favor dos Fiadores foram oferecidas em garantia as ações do projeto e os direitos creditórios da concessão, além do compromisso de integralização de capital, já constante em contrato de concessão.

A companhia possui todas as obrigações relacionadas aos contratos de dívida (*covenants*) atendidas em 31 de dezembro de 2021.

(ii) Prazo de vencimento

	31/12/2021
2022	35.101
2023	16.335
2024	17.338
2025	18.659
2026	20.672
2027 até 2038	<u>395.197</u>
	<u>503.302</u>

(iii) Movimentação

	2021	2020
Saldo em 1º de janeiro	505.571	449.469
Captações	-	59.617
Despesa com juros	57.283	26.013
(-) Pagamento de principal	(12.367)	(19.705)
(-) Juros pagos	(55.989)	(9.805)
Custo de captação	-	(429)
Amortização do custo de transação	462	411
Saldo em 31 de dezembro	494.960	505.571

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO DE SALVADOR S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

(iv) Fundo restrito

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo da rubrica de Fundo restrito no montante de R\$22.251 (Principal – R\$21.496 e Juros – R\$ 755), R\$ 22.594 em 2020, é mantido como garantia de pagamento do valor correspondente as três maiores parcelas do financiamento com o BNB.

13. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Funcionários Infraero (a)	3.441	3.441
Provisão de férias	2.027	1.271
Outras obrigações	<u>5.743</u>	<u>3.678</u>
	<u>11.211</u>	<u>8.390</u>

- (a) Refere-se a custos com reembolso de folha de pagamento dos funcionários da INFRAERO cedidos à CASSA nos três primeiros meses de operação, durante o período de transição (Estágio 3, Fase I A), conforme disposto no item 2.26.3 do contrato de concessão.

14. PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações com partes relacionadas são:

	<u>2021</u>		<u>2020</u>
	Saldo contábil		Saldo contábil
	Clientes	Fornecedores	Fornecedores
VINCI Airports SAS (i)	695	13.281	7.254
Concessionária dos Aeroportos da Amazônia (ii)	7.938	-	-
Vinci Concessions (iii)	-	3.000	-
Vinci Airports Brasil - Participações Ltda	-	3	-
Total	<u>8.633</u>	<u>16.284</u>	<u>7.254</u>

- (i) Refere-se a reembolso de despesas incorridas pelo acionista VINCI Airports SAS, relativos à contratos de prestação de serviços técnicos e de administração, licença de ativos intangíveis e reembolso de despesas.
- (ii) Refere-se a reembolso dos gastos de pessoal (*sharing cost agreement*) incorridos para a Concessionária Aeroportos da Amazônia em sua fase pré-operacional.
- (iii) Refere-se a reembolso dos gastos relativos ao pagamento de ações do programa CASTOR.

15. PROVISÃO PARA MANUTENÇÃO TÉCNICA

Em 31 de dezembro de 2021, o montante de R\$ 14.601 (R\$ 14.964 em 2020) da rubrica provisão para manutenção técnica representa os gastos previstos para realização de programas de manutenção pesada, referentes principalmente às pistas de pouso e decolagem, em intervalos regulares.

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Circulante	3.792	-
Não circulante	<u>10.809</u>	<u>14.964</u>
	<u>14.601</u>	<u>14.964</u>

16. OUTORGA DA CONCESSÃO A PAGAR

Em 09 de julho de 2021, a Companhia recebeu o Ofício 107/2021/GERE/SRA-ANAC que trata da atualização dos valores do reequilíbrio econômico-financeiro, aprovado pela decisão 217 de 25 de novembro de 2020, oriundo da atualização do IPCA e taxa de desconto utilizadas anteriormente. O saldo recalculado líquido, reconhecido integralmente no resultado foi de R\$ 1.275 deduzido de PIS e COFINS no valor de R\$ 118.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO DE SALVADOR S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Por meio da decisão 492 de 16 de dezembro de 2021, a Diretoria colegiada da ANAC aprovou a revisão extraordinária do contrato de concessão em razão dos prejuízos causados pela pandemia no ano de 2021, com o objetivo de recompor o seu reequilíbrio econômico-financeiro. O valor referente ao reequilíbrio verificado em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 96.187 (nota 1) este valor foi integralmente reconhecido no resultado deduzido de PIS e COFINS no valor de R\$ 8.897.

O reequilíbrio contratual foi utilizado pela Concessionaria para baixar parcialmente a outorga fixa e a totalidade da outorga variável de 2021 no valor de R\$ 8.653.

Premissas do reequilíbrio

Para realização do reequilíbrio econômico-financeiro, conforme previsto no Anexo 5 do contrato de concessão, foi projetado um fluxo de caixa marginal de forma que fosse nulo a valor presente, líquido dos efeitos do desequilíbrio ocasionados pela pandemia, considerando os fluxos dos dispêndios e receitas marginais resultantes da pandemia.

Para projeção dos dispêndios, foram considerados critérios históricos e de mercado para projetar custos e despesas.

Para projeção das receitas, foi considerada a demanda real verificada nos anos anteriores e adoção das melhores práticas de mercado para projetar a demanda até o final de 2020.

Como taxa de desconto para o fluxo de caixa marginal foi utilizado o WACC Regulatório de 8,5%, previsto em contrato para fins de reequilíbrio. Para o cálculo do passivo de outorga fixa a valor presente, foi utilizada a taxa de 8,5%, que reflete parâmetros de mercado para uma taxa de desconto em termos reais.

Como efeito resultante do reequilíbrio, a Companhia baixou de seu passivo referente a outorga fixa o valor de R\$ 126.605, referentes as parcelas vincendas até 2030 e baixou a outorga variável referente a 2021 no valor de R\$ 8.653. No resultado foi reconhecida uma receita operacional líquida de R\$ 88.447 e receita financeira líquida de PIS e COFINS no valor de R\$ 5.069 (nota 22), que foi ocasionada pela utilização das duas taxas mencionadas no parágrafo anterior.

	<u>2020 (*)</u>	<u>2021</u>	<u>Total</u>
Valor reequilíbrio	1.275	96.187	97.462
PIS e COFINS	(118)	(8.897)	(9.015)
Reequilíbrio líquido (nota 21.1)	1.157	87.290	88.447

(*) Valor decorrente da atualização do IPCA e taxa de desconto utilizadas anteriormente.

(i) Outorga fixa

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Contribuição futura fixa	75.089	169.482
Encargos sobre outorga de concessão a pagar	152.214	119.341
	<u>227.303</u>	<u>288.823</u>

A outorga futura fixa apresenta um valor nominal de R\$ 710.142 tendo sido utilizado uma taxa real de desconto de 8,5 % a.a. para o cálculo do valor presente.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO DE SALVADOR S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Mapa de movimentação

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Saldo no início do exercício	288.823	340.814
(+) Atualização de juros	6.735	15.246
(+) Atualização do ajuste a valor presente	26.137	24.311
(-) Reequilíbrio	(94.392)	(91.548)
Saldo no final do exercício	<u>227.303</u>	<u>288.823</u>

(ii) Outorga variável

Com a inclusão da outorga variável no reequilíbrio econômico-financeiro aprovado pela ANAC, a outorga apurada em 2021 no valor de R\$ 8.653 foi compensada.

Demonstramos abaixo a memória de cálculo da outorga variável conforme estabelece o contrato de concessão:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Receita bruta antes das deduções	173.833	140.368
Cancelamentos	(780)	(10.983)
	173.053	129.385
Percentual	5%	5%
Contribuição variável	<u>8.653</u>	<u>6.469</u>

17. PROVISÃO PARA RISCOS FISCAIS, TRABALHISTAS E CIVEIS

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia é ré em ações de causa indenizatórias no valor de R\$ 2.536 (R\$ 3.160 em 2020) classificadas, com base na avaliação de seus assessores jurídicos, como de perda provável, relacionadas a processos cíveis.

A Companhia também tem ações de natureza trabalhista, cível e administrativa envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis no montante estimado de R\$ 1.431.

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

18.1. Capital social

Em 12 de junho de 2017, a Companhia foi constituída mediante a emissão de 1.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, sendo 990 ações emitidas pela VINCI Airports SAS (“VINCI”) e 10 ações emitidas pela Vinci Airports Brasil - Participações Ltda. (“Participações”), no valor de R\$1,00 cada uma, totalmente subscritas e integralizadas pelos acionistas Vinci e Participações.

Em 02 de abril de 2020, foi aprovado aumento de capital na Companhia no valor de R\$ 21.657 mediante a emissão de 21.657.184 (vinte e um milhões seiscentos e cinquenta e sete mil cento e oitenta e quatro) novas ações ordinárias, ao preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) por ação, fixado com base no valor patrimonial, totalmente subscritas e a integralizadas pelo acionista VINCI.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO DE SALVADOR S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2021, o capital social e o quadro acionário da Companhia estão representados a seguir:

Acionista	Participação	Ações nominais	2021		2020	
			subscrito	a integralizar	Capital - R\$ integralizado	Capital - R\$ integralizado
Vinci Airports SAS	88,97%	1.024.113	1.024.113	1.373	1.022.740	1.022.740
Vinci Airports Brasil - Participações Ltda.	11,03%	126.931	126.931	3.065	123.865	123.865
	100,00%	1.151.044	1.151.044	4.438	1.146.605	1.146.605

18.2. Reserva de capital

18.2.1. Custos na emissão de ações

A companhia registra todos os custos das operações com emissão de ações em rubrica específica. Esses valores referem-se a certos gastos diretamente ligados à operação de aumento de capital, o qual para 31 de dezembro de 2021 e de 2020 monta o valor de R\$ 3.804.

18.2.2. Reserva de capital - Transações de capital.

Refere-se a transações entre acionistas utilizadas para aumento de capital.

18.3. Reservas de lucros

18.3.1 Reserva legal

É constituída em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social da Companhia, na base de 5% do lucro líquido de cada exercício até atingir 20% do capital social. No exercício de 2021 a Companhia constituiu o montante de R\$ 150 (R\$ 159, em 2020) de reserva legal. A reserva tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente pode ser utilizada para compensar prejuízo ou aumentar o capital.

Abaixo demonstramos o cálculo:

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido do Exercício	2.975	3.183
Percentual	5%	5%
Reserva legal	149	159

18.3.2 Reserva de incentivos fiscais

A companhia constituiu reserva de incentivo fiscal no montante de R\$ 2.322 (R\$ 2.664, em 2020) referente a fruição do regime de redução de 75% do IRPJ da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).

18.4 Dividendos

O Estatuto Social determina a distribuição de um dividendo obrigatório de 1% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

Os dividendos adicionais propostos declarados com montantes superiores aos dividendos mínimos obrigatórios após o exercício contábil a que se refere às demonstrações financeiras, por não se constituírem uma obrigação presente, são apresentados destacados no patrimônio líquido, não sendo constituído o respectivo passivo até sua efetiva aprovação, de acordo com as normas do pronunciamento técnico ICPC 08 (R1) - Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendo, e serão pagos em data a ser definida pelos acionistas em Assembleia Geral.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO DE SALVADOR S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

19. RECEITA DOS SERVIÇOS PRESTADOS

Receita operacional

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Receita de embarque e conexão	79.985	55.986
Receita de pouso e permanência	24.838	17.195
Receita de armazenagem e capatazia	10.485	8.727
Receita de cessão de espaço	54.655	57.439
Outras receitas	<u>3.870</u>	<u>1.021</u>
	173.833	140.368
(-) Impostos sobre faturamento	(23.283)	(16.403)
(-) Devoluções e cancelamentos	(780)	(10.983)
Receita líquida	<u>149.770</u>	<u>112.982</u>

Receita de construção

Em 31 de dezembro de 2021, o montante referente a receita de construção foi de R\$ 14.863 (R\$58.830 em 31 de dezembro de 2020).

20. CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS

(a) Custo de construção

Os custos de obra de infraestrutura referem-se aos custos apurados e lançados, tomando-se por base as orientações contidas na Instrução Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão.

A Companhia reconheceu no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o montante de R\$ 14.863 (R\$58.830 em 31 de dezembro de 2020) como custo de construção.

(b) CUSTO OPERACIONAL

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Custos com pessoal	(19.788)	(15.804)
Honorários da diretoria	(3.272)	(2.951)
Operações aeroportuárias	(26.890)	(20.817)
Depreciação e amortização (Notas 9 e 10)	(19.967)	(14.462)
Material, equipamentos e veículos	(1.389)	(1.211)
Gastos gerais	(18.346)	(13.216)
Conservação e manutenção	(11.827)	(10.069)
Seguros e garantias	(6.284)	(6.960)
Provisão de manutenção técnica	(3.842)	(4.521)
Outorga variável	<u>(8.653)</u>	<u>(6.469)</u>
	<u>(120.258)</u>	<u>(96.480)</u>

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO DE SALVADOR S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

21. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Despesas com pessoal	(12.112)	(11.164)
Honorários da diretoria	(1.370)	(1.170)
Consultoria e assessoria	(585)	(2.758)
Comunicação, marketing e publicidade	(637)	(624)
Gastos gerais e administrativos	(4.897)	(2.079)
Despesa com vendas	(150)	(9.483)
Viagens	(665)	(183)
Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa	(2.370)	2.758
	<u>(22.786)</u>	<u>(24.703)</u>

21.1 OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Receita de reequilíbrio econômico financeiro (nota 16)	88.447	97.105
Outras receitas operacionais	19	86
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	2.934	(1.860)
Outras despesas	-	(4)
	<u>91.400</u>	<u>95.327</u>

22. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Receita financeira		
Descontos obtidos	48	-
Rendimento de aplicação financeira	3.966	3.262
Juros recebidos	444	637
Outras receitas financeiras	641	1.006
Juros sobre reequilíbrio (nota 16)	5.069	2.310
	<u>10.168</u>	<u>7.215</u>
Despesa financeira		
Encargos sobre outorga de concessão	(32.872)	(39.557)
Juros sobre financiamento	(57.283)	(26.121)
Imposto sobre operações financeiras - IOF	(36)	(55)
Variação cambial passiva	(535)	(10.649)
Outras despesas financeiras	(6.789)	(7.319)
	<u>(97.515)</u>	<u>(83.701)</u>
	<u>(87.347)</u>	<u>(76.486)</u>

23. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

(i) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui registrados impostos diferidos ativos líquidos no montante de R\$ 5.893 (R\$ 5.040 em 31 de dezembro de 2020), calculados sobre diferenças temporárias, a alíquota de 34%. Os ativos de impostos diferidos são reconhecidos para os prejuízos fiscais na proporção da probabilidade de realização do respectivo benefício fiscal por meio do lucro tributável futuro.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO DE SALVADOR S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

(ii) Reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado apresentam a seguinte reconciliação em seus valores à alíquota nominal:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	10.779	10.640
Imposto de renda (IR) e Contribuição Social (CSLL) à alíquota de 34%	(3.665)	(3.618)
Adições permanentes		
Despesas indedutíveis	(10)	(59)
Ajuste a valor presente outorga	(8.886)	(8.266)
Outras adições permanentes	(1.940)	-
Exclusões permanentes		
Efeitos de ajuste a valor presente - outorga da concessão	4.375	1.639
Outras exclusões permanentes	-	183
Incentivo fiscal	<u>2.322</u>	<u>2.664</u>
Efeito de IR e CSLL no resultado	<u>(7.804)</u>	<u>(7.457)</u>
IR e CSLL diferidos	853	(3.526)
IR e CSLL correntes	(10.979)	(6.595)
Incentivo fiscal	2.322	2.664
Total da receita (despesa) com IR e CSLL	<u>(7.804)</u>	<u>(7.457)</u>

(iii) Incentivo fiscal

A Companhia é beneficiária do regime de redução de 75% do IRPJ, inclusive adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração, com início em 01 de janeiro de 2019 e término em 31 de dezembro de 2028, conforme Laudo Constitutivo nº 0289/2019, da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), constante do Processo Administrativo Fiscal no 10580.720550/2019-37. O referido benefício está limitado exclusivamente à atividade de exploração do aeródromo. A Companhia reconheceu em 2021 montante de R\$ 2.322 (R\$ 2.664 em 2020) referente à subvenção em conta de resultado.

24. COBERTURA DE SEGURO

<u>Modalidade</u>	<u>Vigência até</u>	<u>Cobertura</u>
Responsabilidade civil aeronáutica	dezembro/2022	USD 750.000
Responsabilidade civil aeronáutica excess AVN 52g	dezembro/2022	USD 500.000
Responsabilidade civil geral	março/2022	10.000
Seguro de frota	janeiro/2023	1.500
Riscos operacionais (property)	dezembro/2022	2.063.197
Riscos diversos (terrorismo)	dezembro/2022	340.000
Responsabilidade civil ambiental	março/2022	38.000
Performance bond	janeiro/2027	139.502

Seguro riscos operacionais (property) (AIG Seguros)

A Companhia contratou a cobertura de seguro no valor de R\$ 2.063.197 para cobertura pessoal ou de terceiros o pagamento e/ou reembolso das quantias devidas ou a pagar a terceiros a título de reparação de danos, estipuladas por tribunal cível ou por acordo aprovado pela seguradora, com vigência até 31 de dezembro de 2022 e cobertura variável de acordo com os eventos ocorridos, considerado suficiente para cobrir eventuais sinistros.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO DE SALVADOR S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Seguro de riscos diversos (terrorismo) (CHUBB)

Seguro com vigência até 31 de dezembro de 2021 com cobertura de seguro no valor de R\$ 340.000 para casos de danos a estrutura e a terceiros em casos de tumulto, greves entre outros riscos diversos.

Seguro de responsabilidade civil ambiental (AXA)

A Companhia, contratou a cobertura de seguro no valor de R\$38.000 com vigência até 20 de março de 2023 para indenizações por danos civis, em sentença judicial transitada em julgado ou em acordo autorizado pela seguradora, de risco de poluição e/ou contaminação ambiental (súbita e acidental), danos corporais e/ou materiais sofridos por terceiros, danos morais diretamente decorrentes de danos materiais e/ou corporais causados a terceiros.

Seguro de responsabilidade civil aeronáutica (STARR)

Seguro com cobertura de lesões corporais ou danos materiais causados por uma ocorrência em excesso à limitação da responsabilidade civil. Com vigência até 30 de dezembro de 2022 com um limite de indenizações em caso de sinistro de US\$ 750.000.

Seguro performance bond (Pottencial)

Este seguro abrange as obrigações no contrato de concessão com cobertura de R\$ 139.502. O seguro tem a finalidade de garantir à ANAC as obrigações contratuais da concessão, com vigência até 28 de janeiro de 2027.

25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

a) Considerações gerais

No curso normal de suas operações, a Companhia está exposta a riscos de mercado - taxa de juros, risco de crédito e risco de liquidez. O Conselho de Administração e a Diretoria Executiva determinam as estratégias a serem adotadas a cada circunstância e riscos inerentes.

b) Gestão do risco de liquidez

A responsabilidade pelo gerenciamento do risco de liquidez é do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva, que elaboraram um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Companhia e os prazos de amortização contratuais. As tabelas foram elaboradas de acordo com os fluxos de caixa dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações.

	Até 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Maior que 5 anos	Total
Fornecedores e outras contas a pagar	15.916	-	-	-	15.916
Provisão para manutenção técnica	3.792	7.982	2.597	230	14.601
Outorga da concessão a pagar	-	-	-	227.303	227.303
Financiamento	35.101	33.673	39.331	395.197	503.302
Total	54.809	41.655	41.928	622.730	761.122

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO DE SALVADOR S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

c) Gestão do risco de capital

	Nota explicativa	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Financiamentos	12	494.960	505.571
Outorga da concessão a pagar	16	227.303	288.823
Menos: Caixa e equivalente de caixa	5	(69.173)	(146.148)
Menos: Fundo restrito	12 (iv)	<u>(22.251)</u>	<u>(22.594)</u>
Dívida líquida		<u>630.839</u>	<u>625.652</u>
Total do patrimônio líquido		<u>1.154.863</u>	<u>1.151.918</u>
Índice de alavancagem financeira (%)		<u>55%</u>	<u>54%</u>

A Companhia administra seu capital para assegurar a continuidade de suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

d) Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado.

Taxas de juros e inflação

A Companhia está exposta a riscos de oscilações do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA o qual é base para correção do passivo da outorga da concessão.

Risco de taxas de câmbio

A Companhia tem a possibilidade de incorrer em perdas devido oscilações nas taxas de câmbio, que podem aumentar suas despesas financeiras relativas às operações com fornecedores, assim como uma redução em suas receitas financeiras nas operações derivadas pelo terminal de cargas e aeronaves.

A volatilidade das oscilações de câmbio é monitorada continuamente pela Companhia.

e) Risco regulatório

A Companhia não tem conhecimento de atos do governo federal que possam afetar a continuidade da exploração do sítio aeroportuário que não estejam correlacionadas com o contrato de concessão.

A capacidade de geração de caixa futura, capacidade de captação de recursos financeiros no mercado e capacidade dos acionistas com aportes de capital demonstra-se compatível com a obrigação de investimentos previstos no contrato de concessão.

Para quaisquer outros eventos que ocorram, porventura da natureza ou outros, vale ressaltar que existem seguros contratados com tal cobertura, minimizando tais riscos.

f) Valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros referentes aos ativos e passivos da Companhia equivalem, em 31 de dezembro de 2021 aproximadamente, aos seus valores de mercado e estão devidamente apresentados. Os efeitos de ganhos e perdas são reconhecidos no resultado à medida que são auferidos e incorridos.

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO DE SALVADOR S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

26. LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO BÁSICO E DILUIDO

O lucro líquido básico por lote de ações é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações emitidas durante o período.

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia	2.975	3.183
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação (milhares)	<u>1.146.605</u>	<u>1.141.146</u>
Lucro líquido básico por ação e diluído - R\$	<u>0,003</u>	<u>0,003</u>

27. TRANSAÇÃO NÃO CAIXA

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia realizou as seguintes operações não envolvendo caixa; portanto, essas não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Capitalização líquida de juros no ativo intangível	-	21.657
Crédito de pis e cofins sobre bens corpóreos	680	1.560
Baixa da outorga da concessão	96.187	91.548
Baixa da outorga variável	8.653	17.765

28. EVENTOS SUBSEQUENTES

Uma nova variante do vírus SARS-CoV-2 denominada “ômicron”, foi detectada inicialmente na África do Sul e em meados de janeiro já era a cepa predominante no planeta, ocasionando um aumento significativo nos números de casos de COVID-19, no Brasil houve um aumento exponencial no número de casos de infecções, porém pouco impacto no número de mortes causadas pela variante do vírus, assim como pouco impacto no tráfego aéreo nacional.

29. AUTORIZAÇÃO PARA CONCLUSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os membros da Administração da Companhia examinaram o conjunto completo das demonstrações financeiras da Companhia, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, e concluíram que as referidas demonstrações traduzem com propriedade sua posição patrimonial e financeira e as aprovaram em 19 de maio de 2022.
